

Brasília-DF, 07 de junho de 2007.

**Comando de Greve Nacional:** Léia, Paulo Henrique, Fátima dos Reis, Cosmo Balbino, Luizão, Almiram, Walter, José Miguel, Luiz Antônio, João Paulo (JP), Maria Angela, Chiquinho, Janine, Vera Lúcia e Rolando (**Direção Nacional**); Walter (**SISTA-MS**); Sérgio Santos, Silnando, Doralice e Aristides (**SINTET-UFU**); Maria Aparecida e Cristiano (**SINDIFES-BH**); David (**SINTUFEJUF**); Gibran, Lucimar e Dudu (**SINT-UFG**); Guedes, Bené, Luiz Carlos, Marcelo e Jorge Dias (**SINTFUB**); Lott (**SINTEST-AC**); Hediberto, Joselito, Edilson e Benedito (**SINTUFCE**); Rosa, Berta e Léia (**SINTUF-MT**); Aida, Wladimir, André Luis, José Carlos e Azenate (**ASSUFBA**); Noemi, Ivanir, Iaci e Nivaldo (**SINTUFRJ**); Augusto e Izilda (**SINTUFF**); Rosane Barcelos, Julio Antonio e Celso Alves (**ASSUFRGS**); Chiquinho (**SINTESAM**); Maria Antonia (**SINTUFSCAR**); Ismael e Conceição (**SINTEST-RN**); André Luiz e Raimundo (**SINTUFEPE-FEDERAL**); Espinhara (**SINTUFEPE-RURAL**); Teresinha, Leny e Assis (**SINTUFSC**); Leonir e Carlos Alberto (**SINTUR-RJ**); Ricardo e Rogério (**ASSUFSM**); Chiquinho (**SINTESAM**); Zuneide e Leonardo (**SINTESPB**).

**Observadores:** Schakal (**ASSUFRGS**) e Sirle (**SINTET-UFU**)

**INFORMES NACIONAIS****40 INSTITUIÇÕES FEDERAIS EM GREVE**

ENTIDADE/IFE	GREVE	MOBILIZAÇÃO	Observações
<b>NORTE</b>			
01 - UFAC/SINTEST-AC	SIM		
02 - UNIR/SINTUNIR			
03 - UFPA/SINTUFPA	SIM		
04 - UFRA/SINTUFRA	SIM		
05 - UFAM/SINTESAM	SIM		
06 - UFT/SINDAD	SIM		
<b>NORDESTE</b>			
07 - UFPI/SINTUFPI	SIM	A partir do dia 09	
08 - UFMA/SINTEMA			
09 - UFCE/SINTUFCE	SIM		
10 - UFRN/SINTEST-RN	SIM		
11 - UFERSA/SINTEST-RN	SIM		
12 - UFPB/SINTESPB	SIM		
13 - UFCG/SINTESPB	SIM		
14 - UFRPE/SINTUFEPE	SIM		
15 - UFPE/SINTUFEPE	SIM		
16 - UFAL/SINTUFAL	SIM		
17 - UFS/SINTUFS	SIM		
18 - UFBA/ASSUFBA	SIM		
19 - UFRB/ASSUFBA	SIM		
<b>CENTRO-OESTE</b>			
20 - UFG/SINT-UFG	SIM		
21 - UNB/SINTFUB	SIM		
22 - UFMS/SISTA-MS	SIM		
23 - UFGD/SISTA-MS			

24 - UFMT/SINTUF-MT	SIM	
<b>SUDESTE</b>		
25 - UFMG/SINDIFES-BH	SIM	
26 - UFOP/SIND-ASSUFOP	SIM	
27 - UFV/ASAV		
28 - UFLA/SINDUFLA	SIM	
29 - UFSJ/SINDS	SIM	
30 - UFMT/CLG - categoria	SIM	Área não hospitalar: 01/06 - Área Hospitalar 06/06
31 - UFU/SINTET-UFU	SIM	
32 - EFOA/SINTEFOA		
33 - UFJF/SINTUFJUF	SIM	
34 - UFSCAR/SINTUFSCAR	SIM	
35 - UNIFESP/SINTUNIFESP	SIM	
36 - UFRRJ/SINTUR-RJ	SIM	
37 - UFRJ/SINTUFRJ	SIM	
38 - UFF/SINTUFF	SIM	
39 - UNIRIO/ASUNIRIO		Greve a partir do dia 08/06/07
40 - UFES/SINTUFES	SIM	
<b>SUL</b>		
41 - UFPR/SINDTEST-PR	SIM	
42 - IFET/SINDTEST-PR	SIM	
43 - UFSC/SINTUFSC	SIM	
44 - UFRGS/ASSURGS	SIM	
45 - UFPEL/ASUFPEL	SIM	
46 - UFES/ASSUFES	SIM	
47 - FURG/APTAFURG	SIM	
<b>TOTAL</b>	<b>40</b>	

## A LUTA CONTINUA

### 11º DIA DA GREVE NACIONAL DOS TRABALHADORES(AS) TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

Completamos 11 dias de Greve. Neste momento de nossa luta, o CNG/FASUBRA, avaliando a conjuntura e o contexto em que se insere a luta dos trabalhadores(as) técnico-administrativos em educação, considera que o movimento vem capitalizando importantes conquistas neste período, que demonstra o acerto na deflagração da Greve e a necessidade do aprofundamento da luta, a partir dos desdobramentos da primeira reunião oficial de negociação com o Governo.

O movimento tem a clareza dos desafios colocados pela conjuntura, que demanda uma ação firme por parte da FASUBRA, na busca de efetivação de um processo concreto de negociação que indique possibilidades concretas de ganhos para o conjunto da categoria. Temos a consciência de que a nossa luta está no caminho correto, pois a partir de nossa persistência, do ponto de vista do eixo geral, conseguimos influenciar o parlamento, acerca das contradições do PLP -1/2007 ao fortalecimento do Estado e a valorização de seus servidores.

Da mesma forma, entendemos que a manutenção da reunião do dia 06 de junho, com o Governo, e o reconhecimento da legitimidade de nossa luta e reivindicações, demonstra que conseguimos instalar logo no início da Greve, uma Agenda de Negociação, onde precisamos qualificar a nossa intervenção, para que possamos garantir a manutenção dos princípios defendidos pelo conjunto da categoria, ao mesmo tempo em que avançarmos rumo a evolução da tabela, tendo como referencial o piso salarial de setores do funcionalismo público do executivo, que encontram-se acima do nosso piso.

A fala do Governo, afirmando que é necessário buscar um bom termo para o impasse surgido com a Greve, coloca como tarefa para o conjunto da categoria, representado por este CNG, o investimento e a defesa desse espaço de negociação, que só foi conseguido, a partir de nossa organização e coesão nacional, de nossa luta e persistência, mas também da nossa capacidade de articulação com os setores

organizados da sociedade donde obtivemos apoio ao nosso movimento, cristalizado na ação firme da CUT, do Parlamento (Bancada do PT e PCdoB) e da ANDIFES.

O CNG avalia, que embora tenhamos que reconhecer que estamos avançando positivamente, neste início da Greve, com a possibilidade concreta de negociação, quando o governo já confirma Agenda para o próximo dia 15 de junho, com apresentação de propostas na Mesa, temos que ter cautela no desenrolar do processo, mesmo apostando na sua efetivação. Portanto devemos avaliar cada passo dado neste movimento com a sabedoria característica de nossa base. Sabemos que um processo de negociação demanda em algum momento, de ambas as partes – governo e bancada sindical, avaliar o momento e a capacidade de elaboração e re-elaboração do conteúdo de propostas, visando superação de impasses que porventura possam ocorrer no transcorrer da negociação.

Diante do exposto, o CNG entende, que é necessário mais informações por parte do Governo acerca dos desdobramentos do processo negocial, que serão apresentados no próximo dia 15, em relação ao aprimoramento da Carreira, Evolução da Tabela, Recursos para o Plano de Saúde Complementar e eixo emergencial.

Temos que estar atentos a nossa luta em Defesa dos HU's e contra a transformação destas unidades acadêmicas em Fundação Estatal de Direito Privado. Por isso a partir desta data estaremos intensificando nossas ações no MEC, buscando o encaminhamento do debate acerca dos HU's, da forma apresentada pela FASUBRA, que não se exime de debater o diagnóstico dos HU's, só que na lógica de fortalecê-los enquanto instrumentos estratégicos, para a formação de estudantes, produção de conhecimentos e assistência com qualidade social a um grande contingente da população, que em algumas regiões só tem nos HU's um atendimento público e de qualidade.

O CNG avalia a importância da Luta, o momento importante da Greve e a necessidade da intensificação da mobilização, para que possamos avançar nas negociações concretamente acenadas pelo Governo.

## **FORÇA NA LUTA**

### **O CNG orienta:**

### **INTENSIFICAÇÃO DA LUTA NA SEMANA DE 11 A 15 DE JUNHO ATRAVÉS DA IMPLEMENTAÇÃO DAS SEGUINTE AÇÕES :**

#### **I - HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS**

##### **Ações nas Universidades :**

- ✓ Destacar esta Semana "Em Defesa dos HU's"
- ✓ Construção de uma **Noite de Vigília no dia 13 de junho** – desenvolvendo atividades nos HU's, que dêem visibilidade a esta Luta: Velas acesas, distribuição de panfletos – dialogando com os usuários dos HU's, convidar a Imprensa, Atos em frente aos HU's.
- ✓ Pauta nas Assembléias Legislativas e Câmara dos Vereadores o debate acerca dos HU's, na luta contra a sua transformação em Fundação Estatal.

##### **Ações em Brasília:**

- ✓ Entre do Abaixo Assinado em Defesa dos HU's, no dia 13 de junho ao:
  - Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Planejamento, Conselho Nacional da Saúde, ANDIFES, Presidência da República.
- ✓ **Atenção!!!** Reforçamos a orientação de que seja **ENCAMINHADO EM CARÁTER DE URGÊNCIA, OS ABAIXO ASSINADO PARA QUE POSSAMOS DESENVOLVER A AÇÃO ACIMA.**
- ✓ Encaminhar Ofício ao MEC, cobrando a formalização do processo de institucionalização do Fórum Nacional de Debate acerca dos HU's e o comprometimento de nenhuma ação por parte daquele Ministério, transformando os HU's em Fundação Estatal, antes do esgotamento do debate nacional.
- ✓ Agendar reunião com a Secretaria de Gestão do MPOG.
- ✓ Encaminhar ofício a ANDIFES, solicitando posição da entidade frente a proposta da FASUBRA relacionada ao tema dos HU's.

## **II – AÇÕES GERAIS NO CAMPUS CENTRAL DAS UNIVERSIDADES**

- ✓ Atos nas Reitorias
- ✓ Realização de Assembléias Gerais em espaços abertos para dar visibilidade ao movimento
- ✓ Panfletagem sobre o motivo de nossa Greve no momento de realização das AG's.
- ✓ Fazer manifestações nas entradas principais das Universidades
- ✓ Solicitar posição dos Conselhos Superiores: Contra a transformação dos HU's em Fundação Estatal e em apoio a nossa Greve.
- ✓ Construção de Panfleto, trabalhando o eixo específico de nossa Greve, dialogando com o eixo geral.
- ✓ Universidade nas Ruas: oferecendo atividades de profissionais de saúde (pressão, exames de glicose, etc...)
- ✓ **Encaminhar e-mail pela base:** ao MEC, ao MPOG, Assembléias Legislativas e Câmaras de Vereadores.
- ✓ Buscar os servidores da área da Saúde (estadual e municipal), para explicar o significado das Fundações Estatais.

## **III – ATIVIDADES PARA O CNG**

- ✓ Realização de Oficina para o CNG acerca do PGPE – Plano Geral do Poder Executivo.

## **IV – CARAVANAS**

O CNG avaliará o momento oportuno para convocar as Caravanas, tendo por parâmetros: avanço das negociações da FASUBRA – necessidade de pressão política para atingir os objetivos da categoria.

## **V – O CNG SOLICITA O ENVIO DE INFORMAÇÕES DO PERCENTUAL NÍVEL DE PARALIZAÇÃO NAS IFES. Estas informações serão de consumo interno do CNG.**

## **VI – ORIENTAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO DOS APOSENTADOS NA GREVE**

O CNG/FASUBRA, solicita aos CLG's, que conclamem os aposentados e aposentandos das IFES a participar da Greve, estando presentes em todas as assembléias e atos que serão realizados nesse período. A participação nesse movimento, é fundamental, pois o eixo da Greve diz respeito a luta unificada do conjunto da categoria (ativos e aposentados). Cabe ressaltar que as implicações do PLP-01/2007, que provoca um arrocho salarial, trará conseqüências danosas ao conjunto da categoria. Além disso os trabalhadores aposentados e aposentandos deve participar ativamente do debate acerca dos desdobramentos do encaminhamento da negociação do eixo específico, acerca do aprimoramento da Carreira, evolução da tabela, resolução do VBC, recursos para o Plano de Saúde Complementar.

Com base em todas essas questões, é fundamental a participação dos aposentados nesta greve, para tanto reafirmamos o posicionamento histórico da FASUBRA, quanto à participação dos mesmos nas atividades da greve. O respeito, a dedicação que sempre nortearam a política da federação aos aposentados, devem continuar sendo o elemento propulsor do movimento, para que continuemos sendo a única categoria a manter a paridade entre ativos e aposentados.

Orientamos a todos os comandos de greve locais, para mobilizar aos aposentados (as) e aposentandos da forma que lhes convier.

FAVOR REPASSAR A TODOS(AS) APOSENTADOS.  
**PELA MANUTENÇÃO DA PARIDADE E DA INTEGRALIDADE.**

## **VII – REFORÇAMOS A NECESSIDADE DE ENCAMINHAMENTO DAS MOÇÕES EM APOIO A NOSSA GREVE, APROVADO PELOS CONSELHOS SUPERIORES, ASSEMBLÉIAS, CAMARAS E DE PARLAMENTARES. ESTAS SERÃO PUBLICADAS NO INFORMATIVO DE GREVE.**

## **VIII – CALENDÁRIO**

**11 de junho** - Encaminhar no FENTAS – Fórum Nacional dos Trabalhadores em Saúde (do qual a FASUBRA faz parte) documento explicitando a luta da FASUBRA contrária a transformação dos HU's em Fundação Estatal. Este documento será entregue por uma Comissão da DN e CNF/FASUBRA.

**12 e 13 de junho** - Encaminhar no CNS – Conselho Nacional de Saúde - documento explicitando a luta da FASUBRA contrária a transformação dos HU's em Fundação Estatal.

**12 de junho – Marcha da CONDSEF** – O CNG, indica que a base do SINTFUB, e entidades próxima que puderem participar, com faixas e panfletos apoiando a luta geral dos companheiros e divulgando a nossa Greve.

**14 de junho - Marcha do MST** – O CNG, indica que a base do SINTFUB e entidades próximas que puderem participar, com faixas e panfletos apoiando a luta geral dos companheiros e divulgando a nossa Greve. **Eixo: Reforma Agrária: Justiça Social e Soberania.**

**23, 24, 25 de junho** - REUNIÃO DO GT-EDUCAÇÃO - Análise da PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação; Análise da Lei 920/2007, Análise da Lei 355/06 – autora: Luciana Genro.

**Junho (data a ser definida)** – REUNIÃO DO GT-SAÚDE – Discussão sobre o Projeto dos HU's.

## **RELATÓRIO DA REUNIÃO DA MESA DE NEGOCIAÇÃO MEC, MP E FASUBRA 06 DE JUNHO DE 2007**

**Presentes pela FASUBRA:** Léia, Luis Antônio, João Paulo, Miguel, Vera, Janine e Rolando.

**Presentes pela base:** Azenate (UFBA), Augusto (UFF), Leonir (UFRR), Leonardo (UFPB), Francisco (UFAM).

**Presentes pelo SRH/MP:** Sergio Mendonça, Duvanier Paiva Ferreira, Idel Profeta, Wladimir Nepomuceno, Ana Lúcia, Mary.

**Presentes pelo MEC:** Maria do Socorro (CGGP), Ieda (SESU).

**Parlamentares presentes:** Dep. Alice Portugal (PcdoB), Dep. Jô Moraes (PcdoB), Márcia Abreu (Assessora da Deputada Fátima Bezerra).

O Secretário de RH do MP, **Sérgio Mendonça** informa a mudança da titularidade da SRH/MP, que a partir desta data será assumida por **Duvanier Paiva Ferreira**, que ficará a frente da negociação com a FASUBRA. Sergio Mendonça fez um histórico do processo de construção da carreira da FASUBRA desde 2004, ressaltando a contribuição da entidade no processo técnico e negocial, fundamental em 2004 para a implantação da carreira. Também reconhece a legitimidade da pauta da FASUBRA, não somente pelo peso da categoria, mas pelo conteúdo dos temas tratados na pauta.

Informou que existem condições políticas favoráveis para a negociação, que dependerá da capacidade de avançarmos, bancada sindical e governo, no conteúdo da pauta. Coloca que será muito mais propício para o ambiente negocial, se as partes se esforçarem para resolver o impasse da greve. Acrescentou que isto não quer dizer que o governo coloque a suspensão como condicionante para negociar. A negociação começa nesta reunião e, conforme comunicado oficial a FASUBRA, em 24 de maio de 2007, a estimativa do tempo do processo gira em torno de 70 dias. O resultado da qualidade da negociação depende da superação deste impasse que elimina as pressões que existem de lado a lado. Tanto o governo sofre pressões para resolver a greve como o movimento pela materialização do produto das negociações. Neste sentido, faz-se necessário saber quais passos iniciais são necessários para superar o impasse da greve, ressaltando que não está dizendo que não negocia em greve, que reconhece que a FASUBRA tem muita contribuição a dar e que é preciso reconhecer que o produto total da negociação não sairá de imediato, razão pela qual se comprometeram com o prazo de 70 dias, para que todos os estudos pudessem ser feitos e apresentados e irem evoluindo com o processo negocial. O plano de Carreira da FASUBRA é complexo, tem enorme quantitativo de pessoas (150 mil) e um impacto orçamentário alto, e não se resolve facilmente. Sergio Mendonça finaliza dizendo que os servidores técnico-administrativos das universidades estão legitimados por uma pauta que tem sentido e fundamento.

O novo secretário de Recursos Humanos do MP, Sr. **Duvanier Paiva Ferreira**, reiterou a fala de Sergio Mendonça sobre a legitimidade da pauta e do ambiente favorável para negociação com a FASUBRA, e colocou a importância de perseguir um padrão de negociação no prazo de 70 dias que foi o prazo que eles se deram para concluir os trabalhos sobre a evolução da carreira, podendo ser antecipado. Disse que é preciso saber como trabalhar a tabela e seus desdobramentos e que neste sentido o MP está fazendo estudos para apresentar a FASUBRA em próxima reunião. Disse também que a greve é uma medição de forças e que é preciso construir um ambiente melhor para a negociação construir um bom produto.

A **dep. Alice Portugal** fez uma intervenção colocando que para os parlamentares que acompanham os processos negociais das categorias no serviço público, fica cada vez mais evidente que existe um grupo de categorias que exercem mais pressão sobre o governo e conseguem obter suas reivindicações, enquanto as demais categorias têm uma dificuldade total de conseguir êxito em suas reivindicações, ficando cada vez mais distantes da construção de uma isonomia entre as categorias. No

caso dos Técnico-administrativos das IFE's, esta é a categoria mais mal paga do serviço público federal e a pressão do governo pela diminuição de gastos, explicitada no PLP 01, tem aprofundado ainda mais as dificuldades na busca por recursos para melhorar a situação salarial desta categoria. Colocou ainda que o grande problema é completar o plano de carreira, o que falta é implantar a evolução da tabela, resolver o VBC porque houve um freio em um determinado nível de classificação. O que se quer é completar de onde se parou. A categoria tem especialistas na área da carreira do mesmo modo que o MP tem os seus técnicos. É preciso construir as soluções para barrar a fuga de cérebros das universidades em função dos baixos salários. Quanto ao plano de saúde, existe um clamor pela sua implantação. A maioria dos servidores morre nas portas dos hospitais públicos, sem atendimento. A **dep. Jô Moraes** (PC do B) fez uma saudação aos representantes governamentais e os da FASUBRA, e disse que a sua relação com a FASUBRA tem raízes na Universidade. Reconheceu que há um passivo com a categoria dos técnico-administrativos e que a greve é fruto disto.

A FASUBRA dando início a sua intervenção, na pessoa de **Léia**, registrou que o CNG/FASUBRA, reconhece esta reunião, como um início efetivo do processo negocial, despediu-se de Sergio Mendonça e deu boas vindas ao Prof. Duvanier de Paiva Ferreira. Acrescentou que a FASUBRA reconhece como importante a abertura do espaço para negociação por parte do governo, lembrando que a Carreira representa uma conquista importante para o conjunto da categoria, e que a Lei 11.091, representa o resultado do esforço da luta da categoria e o limite orçamentário colocado no limiar da negociação. Com esta clareza a própria Lei 11.091, já previa que o instrumento de gestão que é proposto pelo PCCTAE deveria evoluir em todos os aspectos, por conta disto foram criados instrumentos para garantir a evolução e aprimoramento da Carreira, tais como a CNS e a CIS. Destacou que no **Termo de Acordo firmado em 2004** o governo se comprometeu com a evolução da carreira, principalmente da tabela que no momento da implantação não alcançou sua implantação na íntegra, o que gerou distorções. Este momento negocial, na lógica da FASUBRA representa uma continuidade ao processo iniciado em 2004. No tocante a forma de encaminhar as negociações, a FASUBRA espera que o governo dialogue com o ofício nº 146 e 147, encaminhado ao MEC e ao MP, onde a FASUBRA coloca suas impressões, quanto ao resultado das reuniões realizadas com o governo em 23 de maio, e reafirma o eixo da Greve dos Trabalhadores em Educação Técnico-Administrativos. Destacou o resultado do trabalho produzido sobre o eixo emergencial, espelhado nos relatórios do GT's Benefício e do VBC/Evolução da Tabela. Sugere que o debate acerca da Tabela e resolução do VBC, para todas as classes, tenha como referência este Trabalho desenvolvido em 2006. Ressaltou que é preciso deixar explícito e reconhecer que existe uma parte da categoria (em todas as classes) com salários congelados, em virtude do VBC, e que precisa de uma resposta emergencial por parte do Governo, para superar esta situação de injustiça presente entre a categoria. Destacou que a proposta apresentado pelo governo de não absorção do VBC em 2005 resolveria a questão. Na questão do Plano de Saúde, apenas a categoria dos Técnico-administrativos não tem nenhum tipo de assistência. Não se discute nesta Mesa a necessidade de conquista do direito, e sim do direito dos técnicos de ter assistência, com a liberação dos recursos, visto que o direito existe previsto em Lei. A categoria cobra uma resposta do governo, de como irá resolver a implantação de um direito que já existe.

Sobre a tabela salarial, **Léia** ressaltou que temos como luta estratégica e história a busca da Isonomia Salarial começando pelo executivo. O governo sinaliza com a busca do piso salarial do PGPE como parâmetro, isto é uma demonstração positiva. O governo tem que materializar isto, para ser dialogado com o conjunto da categoria. Além disto, é necessário um cronograma formal de evolução da tabela; alteração do Anexo IV - Incentivo de Qualificação que, mantendo a mesma lógica de busca da isonomia salarial, ajusta os percentuais de incentivos em isonomia com os docentes das IFE's ou com a tabela de incentivo da Ciência e Tecnologia.

Na questão da Fundação Estatal, a luta é contra a transformação dos HU's. Na reunião com o MEC no dia 23 de maio de 2007, o Ministro Fernando Haddad se comprometeu em construir o debate nacional, se posicionando favorável à construção de um fórum nacional para discutir junto com a ANDIFES, Conselho Nacional de Saúde, FASUBRA, UNE, ANDES, ABRAHUE, e demais setores que possuem interface com a temática. O documento que foi encaminhado para FASUBRA, relatando a reunião, não contempla esta formulação e joga a discussão para os Conselhos Universitários. A FASUBRA não se furta ao debate: queremos discutir a situação atual dos HU's, o Diagnóstico dos HU's. Colocar tudo na mesa, debatendo o Papel, Missão, Controle Social, Financiamento. Por isso é fundamental a institucionalização do fórum de debate sobre os HU's, visando o envolvimento de todos os setores e níveis da federação, nesta questão, dada a sua complexidade e necessidade de compartilhar com a sociedade a construção de alternativas para a superação da situação vivenciada atualmente pelos HU's, visando o seu fortalecimento enquanto

unidade de ensino, de pesquisa e de extensão, cumprindo um papel importante de assistência integrada a Rede do SUS.

Acrescentou que a FASUBRA tem cultura de investir no processo negocial. A greve eclodiu devido a ausência de negociação. O tempo da Greve depende do que for materializado pelo governo. A trégua, sugerida pelo governo é possível no momento em que categoria sentir que a negociação existe, com parâmetros claros e resolutividade. Cobrou resposta ao ofício encaminhado ao MEC e ao MP, formalizando uma posição do governo, para ser disponibilizado para a base da categoria. O desenrolar do processo vai depender do resultado da negociação. O papel da FASUBRA é dar destaque e consequência a negociação do eixo específico, o eixo geral, representa uma luta que será travada em conjunto com as outras entidades.

**João Paulo**, afirmou que o diálogo sempre foi uma marca de Sergio Mendonça e espera que o Duvanier consiga êxito na sua gestão. Diz que se estamos em greve é porque alguém não fez o dever de casa. Questionou: O presidente Lula está preocupado, isto demonstra que existe sensibilidade, mas qual o tamanho da sensibilidade? Está mantida a mesma lógica de concepção do Estado que está no nosso projeto? Nenhum outro plano possui a lógica que constituímos de modelo de gestão e estruturação da carreira, está mesma lógica está mantida? Qual disponibilidade de recursos? É este o Estado que se pensa alcançar ou vamos implementar o Estado mínimo? Finalizou colocando que o CNG/FASUBRA se encontra naquele ambiente para ouvir sobre a materialização da proposta para a superação do impasse da greve.

Dando seqüência a palavra foi dada ao **Luiz Antônio** que falou que o ambiente favorável solicitado pelo secretário, depende da resposta do governo a nossa pauta, principalmente sobre a falta de recursos para 2007, pois, a GREVE era fruto do não encaminhamento por parte do governo sobre os resultados do GT VBC e Benefícios, além do PLP 01 que congela os nossos salários pelos próximos 10 anos. Falou ainda, sobre os problemas da carreira, disse que aquele espaço negocial era um importante elemento dentro da atual conjuntura, falou sobre o congelamento de grande parte da categoria através do VBC, lembrou da Racionalização e da importância de se garantir recursos para 2007. Quanto à proposta de transformação dos HU's, falou que esta é uma grande contradição de um governo que veio do movimento, e por conta disso, não deveria estar em discussão esta proposta, pois a mesma representa a saída do estado da sua responsabilidade básica, portanto, não tem acordo com a Fasubra.

Passada a palavra para **Janine**, falou que esta mesa tinha que resolver minimamente o VBC e que tinha que ter repercussão financeira ainda em 2007. A companheira se ateve energicamente, no tema Fundação Estatal de Direito Privado, disse que não dava para debater o tema, como fora proposto pelo Ministro da Educação, tendo no cenário a criação da Fundação Estatal de Direito Privado no Hospital de Dourados, devendo ser suspensa de imediato esta proposta. Falou dos avanços e problemas da Contratualização e da Certificação, que o MEC não fiscalizou entre outras coisa, neste processo a implantação dos Conselhos Gestores que não existem nos HU's e nem a redução dos leitos privados. Disse que a discussão dos HU's deve ser a origem da crise, o financiamento, a falta de pessoal e não Fundação Estatal de Direito Privado. Disse ainda que as bases da FASUBRA tinham se posicionado contra a Fundação Estatal de Direito Privado e que não dava para negociar, sabendo que um dos HU's já estava sendo transformado em Fundação de Direito Privado e que não dava para ter acordo com o debate pura e simplesmente dentro dos CONSUNI como havia falado a Nina, quando da sua intervenção e que qualquer debate nacional deveria passar não simplesmente por um documento, pois a Reforma Universitária o MEC se comprometeu em fazer o debate e fez toda a reforma sem nenhum debate. Dando seqüência a reunião,

**Rolando** disse que iria complementar uma informação dada na mesa, onde existiam hospitais que faziam assistência além da conta. Rolando lembra que todos os HU's são contratualizados com os gestores públicos, portanto, se existem HU's fazendo assistência além da conta, é porque os municípios não conseguem fazer a sua parte e tudo acaba recaindo sobre os HU's, portanto, tínhamos que rever o papel de todos os atores dentro da saúde pública e não apenas dos HUs. Dando seqüência, Rolando falou do VBC e deu o seu próprio exemplo e disse que estava perdendo R\$ 500,00 por mês desde janeiro de 2006 e que aquele prejuízo não retornaria nunca mais ao seu salário e que era a favor de uma antecipação como forma de amenizar os graves prejuízos de parte da categoria e se somou a Janine, quando a mesma falou que tinha farmacêutico ganhando menos que técnico de nível médio e deu outros exemplos como enfermeiras, médicos, analistas de sistemas e etc. Rolando falou também que o governo poderia sinalizar um gesto de boa vontade com a categoria e politicamente liberar o pagamento da avaliação por mérito nos anos de 2006 e 2005, pois o erro havia sido do MEC e não dos trabalhadores e

que ao deixar de efetuar tais pagamentos, colocando os mesmos em restos a pagar de exercícios anteriores, a nossa categoria iria passar anos sem ver tais valores na sua conta corrente.

**Vera** fez uma intervenção relembrando que a carreira traduz um modelo de Estado e do papel dos servidores dentro dele. O nosso olhar sobre o Estado e modelo que queremos disputar está dentro dos princípios que norteiam a carreira, lembrou que princípios como paridade são caros para a categoria independente de custo. Nosso modelo é único porque avançamos mais no modo de pensar a gestão. Quanto a Fundação Estatal a categoria entende que não deve ser aplicada e que o MEC deve abrir imediatamente o fórum de debate e se comprometer em não travar este debate pelos conselhos antes do fórum nacional. Por último, salientou que é necessária a reabertura dos concursos públicos pelo RJU para as universidades para finalizar o problema da terceirização e que o GT de Terceirização precisa cumprir o seu papel e ser retomado imediatamente.

**A Representante do MEC, Maria do Socorro**, recuperou a luta da FASUBRA pelo Cargo único, como o grande sonho de uma carreira que, por força dos impedimentos jurídicos não obteve êxito e que teve no PCCTAE a implantação do que foi possível entre o sonho e a realidade. Avançou dizendo que não há ninguém que não reconheça o avanço que foi a implementação da carreira e que é preciso agora fazer um check-list do que foi construído entre o sonho e a realidade. Afirmou que os relatórios dos GT's VBC/Evolução da Tabela e Benefícios, servem de base para encontrar soluções sobre os problemas hoje existentes e que este é um momento favorável para avançar. É preciso aprofundar o debate de como evoluir na carreira sem perder a concepção mas possibilitando a manutenção de quem está nas IFE's ou que está entrando e não ficará por conta dos baixos salários. Os problemas são complexos e exigem soluções complexas.

**Sergio Mendonça** respondeu a FASUBRA reafirmando que a nossa carreira é complexa e que exige aprofundar para ver como mexer no processo de evolução. Pelo volume da categoria, a evolução da tabela se dará em processo gradual (etapas). Não será feito todo de uma vez e é preciso ver como ter ganhos sem destruir conceitos. Sobre a Fundação Estatal informou que é uma discussão de governo e aparece como uma alternativa forte para implantação nos hospitais públicos da rede federal, vinculados ao Ministério da Saúde. O processo de construção da nova figura jurídica – Fundação Estatal Pública de Direito Privado - se dará por um caminho que não é curto. O modelo de legislação a ser encaminhado ao CN, é PLC - projeto de lei complementar que não se aprova por maioria simples e não tem tramitação rápida. Depois de regulamentado é que os hospitais federais deverão discutir se implantam ou não este modelo. O Ministro da Educação quando diz que vai fazer o debate, ele o fará; no entanto, esta discussão deve levar em conta a realidade de cada lugar e achar a sua solução. Tudo que diz respeito a Fundação Estatal tem que ser discutido junto com o MEC. A SRH tem pouco peso nisto visto que o peso maior é da Secretaria de Gestão do MP, no tocante ao modelo de gestão que está pensado. Este assunto não será tratado nesta Mesa de Negociação, porque não temos mandato para isto. A Secretaria de Recursos não sabe se a proposta de Fundação Estatal está sendo encaminhada pela Casa Civil para o Congresso em julho. Vai haver soluções específicas para questões específicas.

**Em relação a carreira** é preciso reforçar que não se está alterando a concepção, não se está querendo alterar princípios, mas precisamos saber até onde podemos ir para reverter os problemas como VBC, salários de profissionais de Nível Superior sem ferir princípios.

"A dificuldade do comboio é a dificuldade do Vagão mais lento". Nossa dificuldade hoje é com o nível superior, que está com salários abaixo do mercado, então é possível mexer para que este problema seja resolvido mais rápido e isto exige trabalho.

**A técnica do planejamento** disse que a tabela é toda concatenada (interligada – interpolada) e algumas simulações dão conta de uma repercussão em torno de 5,8 bilhões para aplicação do piso de 3,00 SM e step de 5,0%. Para trabalhar com o modelo de tabela do PCCTAE, temos que claro, que ela não é parâmetro no serviço público e que tem um diferencial em relação aos outros aposentados. O estudo que está sendo feito leva em conta os pisos dos níveis e a sua relação com o mercado, e com outras categorias do serviço público do executivo, e quais os níveis cujo piso perde para o mercado em competitividade. Também está sendo levado em conta a relação custo e configuração da tabela. Por último disse que a proposta pensada não é tecnicamente mais adequada e que é preciso ancorar nos modelos existentes no restante do serviço público.

**Léia**, solicitou então que os representantes do governo explicitassem e formalizassem os parâmetros que estão trabalhando e o que foi verbalizado na reunião com o MEC e MPOG, no tocante do compromisso do governo em alocar recursos a evolução da tabela em 2008, 2009 e 2010; que o governo não está fechando a discussão com relação ao eixo emergencial e que vai estudar o que é possível ser apontado para 2007 com relação ao VBC para todos os níveis. Acrescentou que é preciso colocar na mesa

o que tem para o plano de saúde. Destacou esta necessidade dos técnico-administrativos sobre a assistência a saúde, de forma emergencial.

Com relação a **Fundação Estatal** reforçou a posição da FASUBRA que se o MEC encaminhar a discussão para os conselhos universitários isto quebrará a lógica do Sistema Federal de Educação Superior, ficando constituído modelos diversos de organicidade do Sistema. Queremos fazer o debate e construir junto com outros parceiros a solução para os HU's. Se não for apresentado uma proposta dos HU's pode aumentar a mobilização nos HU's e corremos o risco de haver dois tipos de greve na FASUBRA.

**Idel Profeta** atentou para que não se perdesse o foco da reunião e lembrou que esta é a abertura do processo negocial. Informou que não seria apresentado nenhuma proposta na mesa nesta reunião e não seria correto fazê-lo precipitadamente. A lógica é construir um cronograma de trabalho com datas, prazos limites, etc., num processo de resolutividade garantida, visto que ninguém está enrolando na mesa de negociação.

**Alice**, retomou a palavra dizendo que o governo não construiu as Diretrizes de Planos de Carreira e que está mantido os grupos de categoria que se impõe pela pressão que fazem no governo para obtenção de recursos independente da fala geral de contenção de gastos que o governo faz. Disse que a lógica de que temos que nos parecer com os outros não deve ser colocada, também não deve ser colocado o comparativo de que os nossos aposentados ganham mais que os outros, sabemos que isto não é verdade. Não devemos olhar para o vizinho que tem formulações de carreira menos avançadas. Não são os técnico-administrativos que devem pagar por quem não avançou. Não dá para parametrizar por baixo. Por fim, colocou que o prazo de agosto estava longe demais e que deveria ser feito um esforço para antecipar a finalização dos trabalhos.

**Sergio Mendonça** rebateu que quase sempre nos momentos de autoritarismo é que se avança em questões de gestão. Em geral em ambientes democráticos grandes projetos como o DPC não avançam. No tocante a negociação, disse que quanto mais argumento se tem, mais negociação é boa, mais se tem para discutir como demandas para os ministros.

**Duvanier** disse que a expectativa é de sair desta reunião com um bom produto. Que a pauta é complexa e que não podemos tratar o que é complexo com simplismo. Foi identificado que se tem um espaço significativo de concordância e que há um compromisso de que vamos incluir o produto a tempo na LOA – Lei Orçamentário Anual/2008 e PPA – Plano Plurianual. O Prazo de meados de agosto é patamar máximo podendo ser bem menor. Devemos sair com um encaminhamento que signifique um passo a mais. Existe um espaço muito grande de intersecção entre o que pensa o governo e o que pensa a FASUBRA. Disse também que não quer tratar a greve como um problema que não diz respeito ao governo e que teremos que tratar da greve em todas as reuniões. Falou que é preciso dar passos e que todos os temas serão tratados. Cada um dentro do seu espaço e tempo específico. Os limites do governo já foram explicitados e existe convergência de tratar os dois temas que é plano de carreira e plano de assistência à saúde. Fundação Estatal é outra agenda e deve ser tratada no MEC.

**Léia** pediu para que o governo reafirmasse se ficava acordado que a evolução da tabela começa em 2008 e que não estava fechado o sobre o eixo emergencial para 2007.

**Sergio Mendonça** disse então que não estava fechado o debate sobre o eixo emergencial, e que para o governo, o "gato subiu no telhado". Disse que tinha um problema jurídico para resolver o VBC no tocante a aplicar recursos apenas em parte da tabela, alocando recursos para uma parte da categoria em detrimento das demais, e que este tema seria objeto de estudo da equipe técnica.

**Duvanier**, propôs então uma agenda de trabalho com uma reunião na próxima sexta dia 15/06, onde será apresentados alguns estudos para avaliação da FASUBRA. Disse não desejar fazer um grupo técnico já no início dos trabalhos mas que poderíamos chegar ao consenso de criá-lo a partir dos resultados da próxima reunião. Disse também que o resultado da reunião deverá ser apresentado em ata.

**Wladimir** colocou que as questões como auxílio alimentação e parcelamento de férias serão tratadas na mesa nacional de negociação permanente por ser um assunto que dizem respeito a todos os servidores públicos federais.

Em seguida o Secretário Duvanier, deu por encerrada a reunião.

## NOTÍCIAS

### Direito de greve: Planejamento abre negociação com servidores

Num documento de sete pontos, a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento se compromete com a construção de amplo diálogo com as entidades dos servidores públicos com vistas à regulamentação do direito de greve, mediação, arbitragem e a negociação dos conflitos.

Pelo acordo, será constituído um grupo de trabalho (GT), com vistas à construção e uma proposta comum de institucionalização da negociação coletiva e de solução de conflitos.

A SRH também se comprometeu a encaminhar ao Congresso, em dois meses — final de julho — a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), para que o Legislativo ratifique-a. Esta convenção trata da "Proteção do Direito de Organização e aos Processos de Fixação das Condições de Trabalho da Função Pública".

Assim, o Planejamento, em princípio descarta a "**Minuta de Lei de Regulamentação do Direito de Greve no Serviço Público**" e se compromete com a construção negociada de uma proposta mais consentânea com as perspectivas das entidades do funcionalismo.

Dessa forma, a assessoria parlamentar do DIAP se compromete que assim que tiver acesso à nova proposta fará um estudo minucioso da matéria, com o objetivo de colaborar com o debate.

Participaram da reunião representantes das centrais sindicais e de entidades do funcionalismo. (Marcos Verlaïne).

Fonte: DIAP

## CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

Data	JUNHO
06	Reunião do CNG com o MEC/MPOG
06	Reunião de negociação entre Fórum das Seis x CRUESP
11 e 12	Reunião do GT Saúde do Trabalhador
11 a 16	5º Congresso Nacional do MST
13	Reunião do Conselho Nacional de Saúde
15	Encontro Nacional do Leilão da Vale do Rio Doce
19 e 20	Reunião do Pleno da MNNPS
A Definir	4º Encontro dos Servidores Negros e Negras e Militantes do Movimento Anti-Racismo Técnico-Administrativos em Educação das IES
22 e 23	Encontro Nacional dos Trabalhadores Portadores de Necessidades Especiais
	JULHO
08 a 13	SBPC – Belém/PA
09 a 14	XVII Seminário Nacional de Segurança das IPES – Corumbá/MS

UnB – Pavilhão Múltiplo Uso - Bloco C - Sala C-1-07 – Campus Universitário Darcy Ribeiro Cep 70.919-970 - C. Postal 04539 – Asa Norte - Brasília – DF - Fones: (61) 3349.9151 - Fax (61) 3349.1571 - E-mail: [fasubra@fasubra.org.br](mailto:fasubra@fasubra.org.br) - Home Page: <http://www.fasubra.org.br>

Brasília-DF, 04 de junho de 2007.

**Comando de Greve Nacional:** Léia, Fátima dos Reis, Cosmo Balbino, Luizão, Almiram, Walter, José Miguel, Luiz Antônio, João Paulo (JP), Maria Angela, Chiquinho (**Direção Nacional**); Walter (**SISTA-MS**); Sirle, Edmilson, Denis e Carmem (**SINTET-UFU**), Cássia, Jair, Itamar, Fátima Brito, Jair P. dos Santos (**SIND-IFES**); Gibran, Lucimar e Dudu (**SINT-UFU**); Lucineide Cabral, Luiz, Marcelo, Chicono e Jorge Dias (**SINTFUB**); Lott (**SINTEST-AC**), Teresinha Ceccato, Leny Fletes e José de Assis (**SINTUFSC**), Augusto Rodrigues e Izilda Lucia Corrêa (**SINTUFF**), Julio Antonio, Celso Alves, Rose Barcelos e Schakal (**ASSUFRGS**), Francisco (Chiquinho - **SINTESAM**), Maria Antonia Bertoni (**SINTUFSCAR**), Noemi de Andrade, Ivanir Valentim, Jaci e Nivaldo (**SINTUFRJ**), Ismael e Conceição (**SINTEST-RN**), ... (**SINTUFCE**), ... (**SINTUFEPE/FED**).

## INFORMES NACIONAIS

### NA 1ª. SEMANA - GREVE EM 38 IFES DEMONSTRA FORÇA E A UNIDADE DA CATEGORIA

A Greve dos Trabalhadores Técnico-Administrativos das Universidades Federais Brasileiras é marcada, em seu início, pela incontestável e histórica adesão da maioria dos sindicatos da base da FASUBRA, o que demonstra a percepção por parte dos trabalhadores da importância do momento e da necessidade de interferir na conjuntura para assim garantirmos os nossos direitos e, demonstrarmos mais uma vez a nossa disposição de luta na defesa da Universidade Pública, Gratuita e de qualidade e também para que tenhamos salários dignos, que nos tire da condição que hoje nos encontramos de pior teto e pior piso salarial do serviço público federal.

O foco da greve, assim como o seu indicativo para o dia 28/05, articulado a questões gerais como a Luta Contra o PLP 01, a Restrição de Exercício de Greve e a transformação dos Hospitais Universitários em Fundação Estatal, entre outros pontos da nossa pauta, foram determinados pela necessidade de que seja estabelecido um real processo negocial, onde o governo apresente a política e a metodologia que pretende instituir na retomada da negociação com a FASUBRA, alicerçado na garantia da inclusão no Orçamento da União de Recursos para: a reestruturação e aprimoramento da carreira visando entre outras coisas à resolução do VBC, a racionalização dos cargos e a alteração do anexo IV da Lei n.11.091/2005 e também a garantia de recursos para o Plano de Saúde Complementar. Também nos impulsionou à luta, a defesa dos Hospitais Universitários e a nossa contrariedade à proposta de Fundação Estatal, bem como a falta de uma maior objetividade acerca de um cronograma de negociação, apresentado de forma verbal pelo Ministro da Educação.

O envolvimento da categoria no movimento, nos faz acreditar que nossa decisão de indicarmos a greve por tempo indeterminado foi correta, fato comprovado pela adesão de **38 Entidades**, demonstrando a unidade e a disposição de luta da nossa categoria. Este grau de adesão no início de um movimento é um dos maiores já registrados na história da federação.

As assembléias de deflagração da greve estão acontecendo com participação significativa de trabalhadores, o que nos comprova o quanto a categoria está entendendo o momento que vivemos e a necessidade de intensificarmos a luta.

Outra marca desta greve é a compreensão por parte da base da categoria de que temos que dialogar com a sociedade, tanto é que, várias Entidades de Base já promoveram atividades de rua, atividades nas Câmaras Municipais, Assembléias Legislativas, buscaram e conseguiram apoio de Conselhos Universitários e etc.

O Comando Nacional de Greve – CNG, nesta primeira semana, desenvolveu várias ações, como atividades no Congresso Nacional, buscando a intermediação de parlamentares dos diversos partidos, com gestões junto ao Governo, para que seja mantida a reunião do dia 06 de junho, com apresentação objetiva de uma proposta de negociação. Buscou também o diálogo com diversos setores do governo, no sentido de obter intermediação junto ao MEC e MPOG, para que tenhamos a instalação da mesa de negociação.

Outro elemento importante para o momento foi à visita da Andifes ao CNG, que entendemos como positiva na medida em que seu presidente se colocou a disposição do movimento para fazer gestões junto ao MEC e ao MPOG, no sentido de garantir a reunião do dia 06.06.07 com proposta objetiva.

O CNG orienta aos comandos locais de greve que façam análise da conjuntura e:

- Participação no dia Nacional de Luta em Defesa do Ensino Público convocado pela UNE, dia 06/06,, pois a UNE entrou em contato conosco solicitando construção conjunta nas universidades deste ato, portanto o CNG orienta que articulem apoio com a comunidade universitária e em especial com os DCE's integrando-se na realização do Dia Nacional de Lutas em frente às reitorias, com entrega de documentos para os reitores.
- Ampliem as mobilizações dentro das universidades objetivando a máxima participação da categoria;
- Que façam contatos com conselhos municipais e estaduais de saúde, solicitando que os mesmos se manifestem a respeito da defesa dos HU's;
- Que busquem apoio junto aos parlamentares municipais, estaduais e federais garantindo o comprometimento destes com o movimento grevista;
- Que busquem dialogar com a sociedade dizendo-lhe o que significaria para a população carente a transformação dos HU's em fundações estatais;
- Que organizem e promovam, como atividade de greve, debates sobre: \*Fundação Estatal; \*PAC/PLP-01; \*Direito de Greve no funcionalismo público;
- Que organizem nos Estados um dia de mobilização nos HU's com panfletagem e atividades como: doação de sangue verificação de pressão arterial, aferição de nível de glicose entre outras;
- Que acionem as CUT's Estaduais no sentido de que estes encampem a nossa luta;
- Que busquem espaço na mídia, se possível com realização de coletivas à imprensa, para a divulgação da nossa greve o do porquê de estarmos em greve.

## **REUNIÃO MPOG E BANCADA SINDICAL**

**DATA: 31 DE MAIO DE 2007**

**HORÁRIO: 10h30**

**Pauta:** GT Negociação Coletiva e Solução de Conflitos.

**Entidades presentes:** ANDES, ASSIBGE, CONDSEF, CUT, FENAJUFE, FENASP, FASUBRA, UNACOM, SIND-RECEITA, UNAFISCO, SINASEFE, PROIFES (oposição cutista) E OUTRAS ENTIDADES.

**Pelo Governo/Secretaria de RH do MPOG:** Sérgio Mendonça, Idel, Ana Júlia, Cristiano, Mary, Alberto.

**Pela FASUBRA:** Léia e Almiram

O Secretário de Recursos Humanos do MPOG, Sérgio Mendonça, iniciou a reunião expondo que a mesma deveria tratar dos eixos temáticos do GT; metodologia de trabalho; definição se haveria ou não um mediador. A equipe do MPOG sugere que seja considerado como referencial a metodologia utilizada no Fórum Nacional do Trabalho.

Colocou que o tempo de trabalho do GT seria de 03 meses. Acrescentou que o governo pretende dar celeridade nesta discussão visando institucionalização da Negociação Coletiva no Serviço Público. Segundo o

Secretário, o processo deveria ter celeridade, já que no seu entendimento o momento favorável para esta discussão seria o primeiro ano do segundo mandato do governo Lula. A proposição apresentada foi a de concluir os trabalhos em dois meses, podendo chegar a três, a depender do encaminhamento da discussão. Informou que está mantida a Agenda de negociações das pendências setorizadas.

Com a palavra o Presidente da CUT, colocou que a dinâmica do governo demonstra, que em questões que restringem direitos, como a iniciativa da AGU, propondo um Projeto que restringe o exercício de greve, é muito rápida. Acrescentou que a Bancada foi surpreendida quando setores do governo elaboram propostas abordando apenas um aspecto do processo sugerido pelo governo.

Colocou ainda, que a proposta inicial apresentada pelo Governo, e que na opinião da Bancada tinha a concordância do Presidente Lula, era a de que seria retomada a Mesa para definir a institucionalização do processo de negociação coletiva e por dentro deste tema à solução de conflitos, que não se limita apenas à questão da Greve, que representa um dos conflitos na relação estado e servidores, que na maioria dos casos acontece pela inexistência de negociação.

A CUT solicita posição do governo acerca dos procedimentos para a implementação do debate via GT representativo da Bancada Sindical, bem como posição do MPOG acerca do Projeto de restrição e proibição da Greve, apresentado pela AGU (Advocacia Geral da União). Colocou a posição contrária do movimento sindical, acerca da manifestação da AGU e do Presidente da República.

Manifestou a preocupação de que não pode ser jogado fora todo o acúmulo do resultado do Trabalho realizado pelo Fórum Nacional do Trabalho, que teve uma construção positiva, ficando apenas algumas pendências onde não houve acordo entre a Bancada Sindical e o Governo. As questões consensuadas no Fórum Nacional do Trabalho deveriam ser aproveitados, no trabalho do GT. Ou seja, o trabalho começaria a partir do relatório do Fórum. Assim a CUT sugeriu que do ponto de vista da metodologia dos trabalhos deveria ser utilizado o resultado produzido pelo Fórum.

Cobrou ainda do governo celeridade no encaminhamento no Congresso Nacional da Ratificação da Convenção 151 da OIT. Em sua fala o Presidente da CUT colocou que o Governo tem dificuldades para divulgar na Imprensa notícias importantes, como a posição do próprio governo, autorizada pelo Presidente Lula, acerca da Convenção 151 e da institucionalização ainda neste mandato da Negociação Coletiva no Serviço Público. A Imprensa sempre prioriza notícias que venham a depor com a imagem do servidor público.

Em seguida foi apresentado pela CUT, os condicionantes para a participação da bancada sindical cutista no GT. São três condicionantes:

- Necessidade do Governo (MPOG) manifestar sua posição acerca do projeto apresentado pela AGU. E ainda que não fosse encaminhado nenhum PL ao Congresso Nacional sobre o Tema (greve), antes de terminar os trabalhos do GT, que abordará além da Negociação Coletiva a Solução de Conflitos. Acrescentou que a Bancada Sindical não está se esquivando do debate. Só não concorda que a Greve seja a prioridade, até porque os servidores quando entram em Greve, possuem a cultura de garantir os serviços essenciais, dentro do limite necessário para não prejudicar os usuários. Primeiro tem que se institucionalizar o Sistema de Negociação Coletiva.
- Garantia de negociação das pendências setorizadas das categorias.
- Garantia da participação de representantes da Bancada Sindical nos trabalhos do GT.

As entidades ASSIBGE, ANDES e SINASEFE, colocaram como exigência para participar do GT, além dos condicionantes apresentados pelas entidades cutistas, a retirada pelo Governo do PLP 01/2007.

As demais entidades, cutistas e não cutistas, colocaram sua posição crítica a posição do governo em não retirar o PLP 01/2007. Informaram a disposição da bancada em continuar na luta contra o PLP 01/2007 no Congresso Nacional, acrescentando que esta luta cotidiana tem surtido efeito, pois setores do congresso, supra partidariamente, tem assimilado o significado contraditório do PLP 01/2007, dentro do contexto do PAC, que coloca em risco, a posição do governo, de expansão de setores como a educação e a saúde, bem como vai na contramão do estado atuando enquanto indutor para o desenvolvimento. Todas entidades entendem que o PLP 01/2007 compromete um processo de negociação efetivo, do ponto de vista geral,

para o conjunto dos Servidores, pois os limitadores já estão colocados. A diferença está na estratégia, pois a maioria das entidades entendem que, a luta contra o PLP 01 deve ser intensificada no Congresso Nacional, já que o Governo mantém posição intransigente de não retirar o mesmo, e que é importante transformar em Lei o direito a Negociação Coletiva no Serviço Público (que poderá ser estendido para os outros níveis da Federação estados e municípios), evitando-se a continuidade da situação atual do funcionalismo, que governo após governo, fica refém da existência ou não de negociação, a depender da vontade dos governantes. Por isso é fundamental a transformação em Lei da Ratificação da Convenção 151, desde que fossem observados os condicionantes apresentados pela CUT.

Foi cobrado ainda do governo a implementação do Decreto de Anistia, aproveitando, com a conseqüente redistribuição dos trabalhadores anistiados, num número que aproxima a 5.000 mil trabalhadores.

O Secretário de RH, Sérgio Mendonça, colocou que a situação é complexa, e o governo entende que é possível avançar em alguns itens. Com relação ao PLP 01, reafirmou a posição anteriormente dita pelo Ministro de Planejamento, que não é nesta Mesa (MPOG) que se discutirá esta questão, e que não cabe ao MPOG a retirada ou não do PLP. Colocou que "temos divergências com relação aos números, citando como exemplo, os dados acerca do crescimento vegetativo da folha." Colocou que o governo admite que o PLP /01 será negociado no Congresso Nacional, e que "não funcionará a política do rolo compressor".

**Com relação à negociação setorial.** Não existe nenhum impedimento por parte do governo em dar continuidade às negociações já agendadas e agendar outras. Os trabalhos do GT poderão ser encaminhados independentemente das negociações setorializadas. "Não há dificuldades de sentar com os setores, até que termine os trabalhos do GT".

**Com relação à Lei de Greve** – foi encaminhado pela AGU à Casa Civil, um Projeto acerca do tema, que não é posição de Governo. A AGU é um setor de governo e como tal apresentou uma proposta. Colocou ainda que "temos claro como bancada de governo, que não é adequado inverter a lógica (...) Não dá para discutir regulamentação da Greve, sem garantir o encaminhamento da institucionalização da Negociação Coletiva e daí a solução de conflitos. Solução e administração de conflitos, na esfera federal, que poderá servir de referência para outras esferas. Colocou que está claro para a Bancada do MPOG, que mesmo com estas turbulências, o Presidente Lula autorizou que o Governo dê encaminhamento à discussão e finalização dos trabalhos acerca do tema proposto para o GT (...) No conjunto das dificuldades, temos que ver o que podemos avançar (...) Tirando a questão do PLP/01 nos demais aspectos esta Mesa tem autorização de avançar, buscando o entendimento...(...) A Cultura está em Greve e vai ser agendada uma reunião... da mesma forma, a FASUBRA, já tem Agenda para o dia 06 de junho. Por parte do MPOG não há nenhum impedimento para começar os trabalhos do GT."

Acrescentou que (...) "os avanços que serão feitos não estarão desconectados da lógica do PLP (...) Se o PLP tiver outro formato na hora de ser votado, é evidente que será ajustado."

**Com relação ao Decreto dos Anistiados** – colocou que já está sendo feito um cruzamento, levantando os órgãos que necessitam de um fortalecimento de pessoal. Para publicação da Portaria, será necessário, um enquadramento do pessoal que será distribuído para este órgão, observando salários, estrutura, etc...

Foi ainda colocado que é importante que GT avance, pois é posição de Governo, institucionalizar como política de estado, o direito a negociação coletiva no serviço público (...) acrescentaram que é possível avançar a partir da experiência da MNNP, no primeiro mandato, aproveitando as experiências positivas. E que é importante aproveitar o resultado do Fórum Nacional do Trabalho.

Com relação ao número de participantes no GT o governo tinha sugerido 06 entidades, e a bancada cutista sugeriu 07 titulares e 07 suplentes, ... garantindo a participação das entidades dos ramos, e representatividade (número da base).

Após manifestações diversas das entidades, fazendo balanço da MNNP e das questões relacionadas ao momento (posição da AGU, PLP/01), foi colocado pelo Presidente da CUT, Artur, a necessidade de uma oficialização por parte do Governo acerca das questões tratadas nesta reunião: encaminhamento da ratificação da convenção 151; (vez que já faz 05 meses que o Presidente Lula autorizou o envio ao CN, e

até o momento nada...); Com relação ao Projeto da AGU – de restrição ao exercício da Greve; Com relação a garantia das negociações setorializadas.

Com a palavra o Secretário de RH, Sérgio Mendonça, concordou que deve sair um documento assinado, mas que não poderia fazê-lo de imediato, pois teria que consultar outros setores de governo. A reunião foi suspensa para almoço, com retorno para as 16h00.

No retorno, compareceram as seguintes entidades: CONDSEF, FENASP, FASUBRA, FENAJUFE, UNACOM, SINDIRECEITA, SINAIT, UNAFISCO, PROIFES (Oposição cutista) e outras entidades, e a bancada do governo apresentou documento que foi debatido pelos presentes e após algumas modificações propostas pela bancada sindical, foi assinado pelo Secretário de RH e com isso ficou acertado que ficou vencida essa etapa e assim seria formado o grupo.

Encerrada a reunião, ficou acertada entre as representações sindicais presentes que haverá uma reunião no dia *05 de junho, próxima terça-feira*, para discutir a composição do GT, ficando então o acerto com a bancada de governo, sobre as entidades que iriam integrar o GT, representando as demais, para uma próxima reunião.

### **DOCUMENTO ENTREGUE A BANCADA SINDICAL PELO MPOG**

Em reunião realizada no dia 31 de maio com a representação da Central Única dos Trabalhadores e de diversas entidades representativas dos servidores públicos federais, para tratar da constituição de um Grupo de Trabalho – GT, com vistas à construção de uma proposta comum de institucionalização da negociação coletiva e de solução de conflitos, o governo reafirma os compromissos que seguem:

1. Encaminhar, no prazo de até dois meses (final de julho), a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, para ratificação do Senado Federal;
2. Discutir conjuntamente a regulamentação da negociação coletiva e da solução de conflitos na Administração Pública Federal, incluindo a mediação, arbitragem, as várias formas de negociação dos conflitos, inclusive a greve. Para esse debate, o governo propõe recepcionar as conclusões da Câmara Setorial do Serviço Público do Fórum Nacional do Trabalho;
3. Os trabalhos do GT não interferem na continuidade de negociações setoriais e específicas em curso ou a serem iniciadas. O diálogo permanente implementado pelo governo desde 2003 permanece orientando a relação com as entidades;
4. Os representantes indicados pelas entidades sindicais para compor o GT ficarão integralmente à disposição da Secretaria de Recursos Humanos nas semanas em que ocorrerem reuniões ordinárias. Havendo reunião extraordinária, os representantes sindicais ficarão a disposição da secretaria no dia da reunião, assegurado o período de trânsito para os que residem fora de Brasília;
5. No processo de debate do Grupo de trabalho será discutida a licença para mandato classista;
6. A representação governamental não está autorizada a negociar os termos do PLP 01 no âmbito do GT. O resultado final deste projeto dependerá das negociações no Congresso Nacional;
7. A proposta de anteprojeto de lei produzida pela AGU sobre a regulamentação do direito de greve não se trata de posição final do governo.

Brasília, 31 de maio de 2007

**SÉRGIO EDUARDO ARBULU MENDONÇA**

Secretário de Recursos Humanos/MP

## INFORMES DE BASE

**SINET-UFU:** "No segundo dia da greve dos trabalhadores técnico-administrativos da UFU, estão sendo atendidas inúmeras ligações de setores de trabalho, tanto da área hospitalar como de outras, solicitando informações sobre a greve e o movimento nacional. A Comissão de Ética tem sido bastante solicitada para resolver as polêmicas nos diversos setores e clínicas como também na Direção do Hospital, pois existe uma grande disposição da categoria em aderir à greve.

Quanto aos veículos de comunicação da cidade e região, o Comando Local de Greve tem sido procurado constantemente para dar informações sobre a greve e seu desdobramento.

Realizamos Assembléia hoje, dia 29 de maio, no Refeitório da DISEG no Campus Umuarama, com 264 assinaturas no livro de presença, inclusive com a participação de dois companheiros recém concursados que estão lotados no Campus do Pontal, situado na Cidade de Ituiutaba-MG. Os companheiros informaram que fará dia 30 de maio, o debate junto aos outros companheiros do Campus do Pontal, já indicando que há possibilidade dos trabalhadores daquele Campus decidirem pela adesão à greve.

A Assembléia foi bastante participativa, já indicando uma nova para na próxima quinta-feira 31 na Portaria do Hospital às 14:00 horas com panfletagem para os trabalhadores da UFU, usuários e à população em geral.

Foram afixadas inúmeras faixas de greve defendendo contra o PLP-01, por abertura de concurso público, por mais verbas para educação, saúde e contra a Fundação Estatal de caráter privado".

**SINT-UFG:** "Com mais de 220 pessoas na Assembléia Geral da Categoria foi deflagrada a greve por tempo indeterminado por ampla maioria de votos no dia 28/05.

No dia 29 estivemos na Câmara Municipal de Goiânia a convite do vereador Ruy Rocha (sem partido) e membro da categoria, como médico do Hospital das Clínicas da UFG. Suspensa a sessão, pudemos por dez minutos apresentar um quadro da greve na UFG e nossa pauta de reivindicação, concluindo com a solicitação para a casa interceder junto ao MEC e MPOG para agilizarem os canais de negociação.

Na oportunidade o presidente da casa e vários vereadores usaram da palavra para declararem apoio ao movimento e se colocarem a disposição para solucionar o impasse.

Na mesma manhã realizou-se uma assembléia universitária da UFG, quando representantes do SINT-UFG puderam anunciar mais uma vez a comunidade universitária da deflagração da greve e solicitar do Reitor o apoio costumeiro para abrir as portas do MEC para efetivar as negociações.

Do anúncio do movimento a sociedade goianiense e goiana, comunicamos a Fasubra que estivemos na maioria dos telejornais de rádios e TV's do Estado nos dias 28 e 29/05.

No Período do vespertino do dia 29, reunimos o Comando Local de Greve, onde a avaliação apresentada é positiva quanto ao nível do movimento nacionalmente e local. Mesmo com problemas localizados que a greve na UFG conseguiu atingir um patamar bastante satisfatório. Deliberou ainda por um calendário de eventos e atividades para fortalecer o movimento internamente e para levá-lo a sociedade.

Quanto ao Hospital das Clínicas, o CLG deliberou pela promoção de eventos com os servidores (as) internos para melhor adequação do movimento de greve. Pela elaboração de um calendário específico de greve no H.C. em sintonia com os demais HU's. Constituir uma Comissão Interna para fortalecer o movimento.

Aprovou ainda que sejam consideradas como atividades de greve o processo de avaliação de desempenho em curso na UFG, com conclusão prevista para o dia 08/06, desenvolvida pelo DDRH e SERCOM/UFG".

**SINTEST-RN:** "Em todo o Brasil, a categoria respondeu positivamente, deflagrando Greve Nacional em 30 Instituições Federais de Ensino Superior. A nossa Greve já inicia forte. Milhares de trabalhadores(as), incluindo os Hospitais Universitários, estão em Greve. Todos na luta em DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, em conjunto com os SPF's. Cientes da necessidade desta ação mais intensificada, pelo conjunto dos SPF's, a FASUBRA, cumpriu com o seu papel e foi às ruas contra qualquer iniciativa do governo que possa ameaçar o fortalecimento do Estado Brasileiro, da Democracia e dos Direitos dos Trabalhadores do Serviço Público. No entanto esta luta demanda uma ação articulada do conjunto da classe. Temos trabalhado cotidianamente no Congresso Nacional, dialogando com os parlamentares, ressaltando as contradições contidas no PLP 01/2007. Além disso, questionando quanto a contradição que representa a ameaça ao direito de greve - apresentado pela AGU, em relação a instituição de um processo democrático de negociação coletiva do Estado com os servidores públicos. Dando concretude a

esta tarefa, que não é pequena, nesta semana estaremos retomando as ações, já desenvolvidas, no Congresso Nacional, pela FASUBRA, num contato direto com os parlamentares, acerca destes temas.

No Brasil, além da FASUBRA, várias categorias encontram-se em Greve, com destaque a Cultura, IBAMA, INCRA e Comissão de Minas e Energia (base da CONDSEF) lutando por questões de âmbito geral e pelo avanço das negociações da pauta de reivindicações setorializadas. Na FASUBRA não é diferente. A nossa categoria tem a clareza do significado da sua ação política nesta conjuntura, onde deparamos com ameaça a direitos assegurados constitucionalmente. Ainda temos que enfrentar a ameaça de ressuscitar um modelo de gestão – Organizações Sociais de Bresser Pereira, derrotado pelos movimentos sindical e sociais, agora maquiado sob a forma de Fundação Estatal. Mesmo articulado a luta geral, temos a clareza do eixo específico de nossa Greve, não perdendo o foco de nossa luta, pois o nosso dever de dirigir a Greve da FASUBRA, vez que a base de nossa categoria, deposita no CNG a responsabilidade de conduzir as suas reivindicações no processo negocial, com êxito, apoiando com as atividades de pressão nos Estados. Legitimamente, as demais categorias do serviço público estão na luta por suas questões setorializadas, e também envolvidas nas questões de âmbito geral. A FASUBRA, agora representada politicamente pelo CNG - composto pela Direção Nacional da Federação e pelos(as) Delegados(as) de Base, está desenvolvendo todas as ações para garantir uma evolução no processo negocial, indicado inicialmente pelo MPOG para iniciar no dia 06 de junho de 2006. Os documentos disponibilizados para a nossa categoria, enviados pelo MEC e pelo MPOG, bem como o ofício número 147/2007, elaborado pela FASUBRA, dialogando com o teor dos documentos referidos (ID-13), demonstram que a FASUBRA mantém o seu princípio histórico de investir no processo negocial, pois temos a convicção de que a Greve só é utilizada, quando não existe negociação; quando não se tem clareza na garantia do processo negocial - com início-meio e fim; e quando existe quebra de acordo. Precisamos de uma forte ação do movimento, para conseguirmos o estabelecimento de fato, de um processo de negociação, com definição da política e da metodologia, respondendo ao eixo protocolizado no MEC e MPOG. Este é o nosso grande desafio e a motivação de nossa Luta. Somente com o envolvimento e paixão na Luta da categoria, alcançaremos êxitos neste momento. A categoria saberá responder à altura das dificuldades que no desenrolar do processo se apresentarão. Os desafios somatizam ainda mais a nossa capacidade política de luta que a história desta Federação comprova. **EIXO GERAL** 01. Contra o PLP 01/2007 - EM DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS 02. Política Salarial - Negociação Coletiva - Data Base - Reajuste Salarial 03. Isonomia Salarial e de Benefícios - Piso e teto – começando pelo executivo 04. Política de Reposição de Perdas - Através do reajuste das Tabelas Salariais (Carreiras) 05. Contra a restrição ao exercício do Direito de Greve 06. DPC – Diretrizes de Plano de Carreiras 07. Ascensão Funcional 08. Paridade entre ativos e aposentados e pensionistas 09. Incorporação de Gratificações 10. Contra a PEC 12 11. Pela manutenção do veto a EMENDA 3 12. Contra o Modelo de Fundação Estatal/Contra a transformação dos HU's em Fundação Estatal 13. Regulamentação da Aposentadoria Especial 14. Contra qualquer Reforma que retirem direitos”.

**SINTEST-RN/UFRN:** “O cenário da Assembléia Geral realizada hoje na UFRN já mostrou uma imagem diferente. Na verdade, o Auditório da Reitoria ficou cheio como não se via desde a Greve de 2005. Isso não é nada mais que o resultado das mobilizações e do crescimento do movimento grevista. A tendência de crescimento progressivo se confirma também no número de universidades que aderiram à greve. Hoje, de acordo com o Informativo da FASUBRA já são 33 IFE's paradas! Espera - se que até o final da semana que vem esse número chegue à totalidade das IFE's filiadas à FASUBRA. Na UFRN, os mais de 350 funcionários que assinaram a presença seguiram em caminhada pelo Campus até o Restaurante Universitário. A caminhada foi acompanhada pelo carro de som e pela famosa "Bandinha da Greve" que já está funcionando à todo vapor. Destacamos que ela agora conta com um novo instrumento: o saxofone! A Assembléia se encerrou por volta das 11 da manhã e deixou o seguinte encaminhamento:- *Delegados ao CNG - Maria da Conceição e Ismael Martiniano*

- *Que a FASUBRA oriente à sua base no sentido de realizar uma vigília no dia 06 de junho enquanto durar a reunião na Esplanada dos Ministérios:*

**Calendário de Atividades Dia 01 de junho (sexta-feira)** Mobilização na Faculdade de Odontologia às 8h Discussão sobre Ética na Greve na Sala dos Colegiados às 14h **Dia 4 de junho (segunda-feira)** Reuniões setoriais na Área da Saúde às 9h Reunião do Comando de Greve às 14h na Sala dos Colegiados **Dia 05 de junho (terça-feira)** Assembléia na Reitoria às 8h30 Atividade do Dia Nacional do Meio Ambiente no Calçadão da João Pessoa, Centro às 15h **Dia 06 de junho (quarta - feira)** Vigília no Pátio da Reitoria enquanto estiver acontecendo a reunião de negociação entre FASUBRA e Governo!

**SINTEST-RN/UFERSA:** Em Mossoró a GREVE teve início hoje, após ser deflagrada oficialmente em Assembléia Geral que aconteceu essa manhã (31/05). A última assembléia da categoria aprovou a deflagração para este dia com cerca de um terço dos funcionários presentes. O comando local de greve foi instalado hoje à tarde e vai se reunir na AFESAM para elaborar pauta interna de reivindicações, além da específica da categoria. Um calendário de atividades já foi organizado e terá as seguintes atividades:

**Dia 01 de junho (sexta-feira)** - Mobilizações nos setores pela manhã e reunião do Comando Local de Greve à tarde na AFESAM. **Dia 04 de junho (segunda-feira)** - Mobilização nos Setores pela manhã e Reunião do CLG à tarde. **Dia 05 de junho (terça - feira)** - Exibição do vídeo gravado na Audiência Pública que discutiu sobre Democracia Universitária às 9h no Auditório da Reitoria. **Dia 06 de junho pela manhã (quarta - feira)** - Assembléia Geral às 15h com Vigília até que termine a reunião de negociação entre FASUBRA e Governo”.

**ASSUFBA:** "GREVE NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA BAHIA

Numa das mais expressivas Assembléias Gerais realizadas este ano, cerca de 500 servidores da UFBA deflagraram, na manhã de ontem (28/05), greve nacional, por tempo indeterminado em defesa dos serviços públicos, pela não supressão de conquistas dos trabalhadores e contra a ameaça de restrição ao direito de greve no serviço público. Os servidores estavam motivados e manifestaram seu apoio às causas da paralisação, como o aprimoramento da Carreira e o veto ao PLP 01 (que limita as despesas com pessoal da União nos próximos 10 anos à inflação mais 1,5% ao ano, impondo uma política de arrocho salarial para os servidores públicos). O reitor da UFBA, Não mar Almeida Filho, compareceu a Assembléia Geral e disse entender a posição da categoria, manifestando a disposição da Reitoria para mediar as negociações. Na UFRB, não foi diferente. Cerca de 100 companheiros compareceram à Assembléia Geral e, por unanimidade, aderiram à Greve Nacional que paralisa as universidades federais no Brasil. O reitor Paulo Nacif compareceu e manifestou apoio à paralisação dos técnico-administrativos. Os companheiros da UFRB também deliberaram o apoio da categoria à transformação do Hospital Municipal de Santo Antônio de Jesus em Hospital Universitário da Universidade do Recôncavo da Bahia. Deliberações da AG que deflagrou a greve em Salvador: 1. Encaminhar para a FASUBRA a proposta de que o presidente da CUT busque marcar uma audiência com o presidente Lula, em regime de urgência, na qual estejam presente o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, MEC, FASUBRA e CUT Nacional para sabermos, oficialmente, qual a posição do governo sobre nossa pauta de reivindicações; 2. Realizar uma Assembléia Geral dia 31, quinta-feira, em frente à Reitoria às 9h, seguida de passeata até a Piedade; 3. Convidar os companheiros do Sintsef, também em greve nacional, para participarem da nossa manifestação de quinta-feira; 4. Instalação do Comando de Greve, às 14h, na tarde do dia 28, na Faculdade de Arquitetura; 5. Reunião do Comando de Greve, às 14h, do dia 29, também em Arquitetura, para avaliar o movimento na UFBA”.

**SINTUF-MT:** "O SINTUF-MT realizou no dia de hoje 28 de maio pela manhã na Guarita 1 da UFMT, Assembléia Geral da Categoria com a seguinte pauta: **Informes Gerais; Fundo de Greve; Caravana a Brasília e Encaminhamentos.** A Assembléia Geral contou com a participação de 158 companheiros da base do SINTUF-MT que assinaram a lista de presença. Após os informes gerais e avaliação do início da greve, a AG, aprovou fundo de greve enquanto durar a greve, deliberou os serviços essenciais, AG as Terças e Quintas-feiras, lista de caravaneiros em prontidão para atender em qualquer tempo convocação da FASUBRA. em seguida os presentes saíram em passeata pelo campus com carro de som falando palavras de ordem indo até o Teatro Universitário onde se realizava o Seminário de Avaliação da Pós-Graduação, adentraram ao auditório de mãos dadas cantando o gingo (Avante Companheiro), apresentando a faixa com a pauta específica, fora cedido pela mesa do Seminário 3 Min. Para fala sobre o movimento paredista e pauta de reivindicação enquanto a companheirada de braços dados aguardava, ao término da intervenção os presentes aplaudiram e muito, em seguida fora feita a dispersão com a pauta do dia 30 de maio (Audiência Pública sobre HU na Câmara de Vereadores de Cuiabá) No Hospital Universitário Julio Muller os trabalhadores começaram o primeiro dia de Greve fazendo uma panfletagem nos portões de acesso, as atividades foram reduzidas a 40% em todo o Hospital. Foram mantidos os atendimentos de emergência, não havendo mais nenhuma internação. A Reitoria da UFMT no dia de hoje encaminhou ao Comando de Greve do HJUM algumas resposta sobre a pauta geral e a pauta interna. Em reunião com o Comando de Greve o reitor informou que recebeu uma notificação do Ministério Público Federal recomendando medidas para evitar a Greve, dentre elas o corte de ponto dos trabalhadores do HJUM. O SINTUF-MT através da sua assessoria jurídica já tomou todas as providencias para evitar o corte de ponto. Os trabalhadores do HJUM realizarão uma Assembléia Geral no dia de amanhã para avaliar o documento

encaminhado, bem como a ameaça de corte de ponto. QUEM SABE FAZ A HORA, NÃO ESPERA ACONTECER”.

**SINTUFAL:** “O Comando de Mobilização para Greve da UFAL, formado na última assembléia (dia 24/05), agendou uma série de reuniões para esta semana até o dia da nova assembléia da categoria que acontece sexta-feira (01/06). O objetivo das reuniões setoriais é fortalecer a base para deflagração da greve. No Hospital Universitário (HU) a comissão de servidores, formada com o objetivo de acompanhar e discutir soluções para os problemas enfrentados no setor, principalmente no que diz respeito às precárias condições de trabalho e a superlotação, já começou suas atividades traçando um diagnóstico da situação do HU. Vários serviços do HU estão funcionando de forma limitada diante da precariedade. Na medida em que avançamos com as reuniões setoriais rumo a deflagração da greve, na sexta (01/06), vamos ter um resumo da situação geral na UFAL. O Comando de Mobilização, junto com o SINTUFAL, se empenham em garantir as melhores condições de organização e participação da base para deflagração da paralisação por tempo indeterminado”.

**SINTUFERJ:** “UFRJ ADERE À GREVE Numa assembléia histórica que reuniu cerca de 600 pessoas, os trabalhadores da UFRJ decidiram aderir à greve nacional por tempo indeterminado indicada pela Fasubra. A assembléia foi realizada no auditório do Quinhentão, no Campus do Fundão, nesta quarta-feira, dia 30. A greve foi deflagrada logo depois de reunião. A próxima assembléia foi marcada para terça-feira, 5 de junho, quando também será discutido o desconto para o fundo de greve”.

**SINTUFSC:** “Deflagrada greve dos Trabalhadores Técnico-Administrativos da UFSC30/05/2007 - Os trabalhadores técnico-administrativos da Universidade Federal de Santa Catarina decidiram deflagrar, nesta quarta-feira, 30 de maio, greve geral por tempo indeterminado. A decisão foi tomada na sessão da Assembléia Geral Permanente que aconteceu no período da tarde, no Auditório do Hospital Universitário da UFSC. Mais de 200 trabalhadores assinaram a lista de presença e a maioria optou por deflagrar a greve, que começa a partir da próxima segunda-feira, dia 04 de junho. Nesse sentido, já foi comunicada, através de ofício, a administração da universidade, que deve ser informada da deflagração com 48 horas de antecedência. Segunda-feira vai ser dada continuidade à Assembléia Geral Permanente, às 8h30min, no Restaurante Universitário. Os trabalhadores assumiram o compromisso, com votação da ampla maioria, de se organizarem em seus setores de trabalho para, na assembléia de segunda, formarem os grupos de trabalho e o comando local de greve. Comprometeram-se também a buscar mobilizar os colegas de trabalho para fazer uma grande assembléia no dia 4. Durante a assembléia foram eleitos três representantes dos trabalhadores para o comando nacional de greve: José de Assis Filho, Teresinha Cecatto e Leny Fletes. Os três vão representar também a categoria na plenária dos SPFs, que acontece no domingo, dia 3, em Brasília”.

**SINTUFEJUF:** “A primeira Assembléia de Greve dos técnico-administrativos da UFJF reuniu 170 pessoas no Restaurante Universitário – Centro. Foram repassadas comunicações do movimento local, relativas às unidades do Campus, colégios e hospitais. Além disso, comunicações vindas de Brasília. Registramos a presença do Coordenador do DCE – Diretório Central Estudantil, Fabrício Linhares, relatando que mesmo reconhecendo o transtorno aos estudantes, deixou claro o total apoio dos discentes ao nosso movimento. Desde que foi formado, o Comando Local de Greve conseguiu adesão da categoria, segundo ressaltou os integrantes do Comando na Assembléia. Bibliotecas, restaurantes universitários, reitoria e o setor de transporte estão fechados. O Hospital Universitário reduz gradativamente o número de internações. O Centro de Atenção à Saúde (CAS/HU) só atende aos setores de hemodiálise, tratamento dos portadores do HIV e às consultas já agendadas. Não são marcadas novas consultas. Ambulâncias, veículos da vigilância e um da manutenção trabalham normalmente.

A categoria deliberou os seguintes pontos:

- Dar continuidade à confecção do documento que será entregue à Comissão dos Jogos Panamericanos, em que defende ser uma discriminação fazer um evento - Jogos Parapanamericanos - separado. Este foi um encaminhamento de um servidor da UFJF que faz parte da Comissão de Acessibilidade da instituição e representa a categoria dos técnico-administrativos. O documento é uma iniciativa da Comissão;
- Por informe da Diretora Maria Ângela, só votam no Comando Nacional de Greve os delegados de base, a Direção da Federação não vota. Existem indícios de tentativa de modificação neste processo. Diante disto à base de Juiz de Fora deliberou que não deve haver modificação no sistema de votação do Comando

Nacional de Greve. A categoria quer a manutenção do que é feito hoje até que haja uma discussão sobre o assunto nas bases. Para subsidiar a discussão solicita-se esclarecimento da Direção da Fasubra.

- O Comando Nacional de Greve deve ficar na casa da Fasubra, pois precisa de estrutura para trabalhar. A decisão da fasubra inviabiliza o encaminhamento de delegados para o CNG.

- O que tiraria a categoria da greve não seria uma proposta de negociação. - A base de Juiz de Fora deliberou que não haverá qualquer discussão para término de greve **somente** quando houver fato concreto que tenham credibilidade.

- A categoria ratifica o que já tinha sido deliberado no último Confasubra de que o delegado para o Comando Nacional de Greve tem que estar presente na Assembléia para ser eleito.

- O Comando Local de Greve fará divulgação do movimento de greve junto às associações de moradores de Juiz de Fora.

Na Assembléia, a equipe do Programa de Atenção Primária à Saúde do Servidor (PAPSS) distribuiu panfletos sobre o Dia Nacional de Combate ao Tabagismo.

A mesa lembrou aos presentes que no sábado, 2 de junho, começa o Torneio de Futebol Society do Sintufejuf e convidou a todos para comparecerem na sede campestre como atividade de greve.

A próxima Assembléia será no dia 6 de junho, às 9h, no RU Centro”.

**SINDIFES-BH:** “Cerca de 350 servidores Técnico-Administrativos em Educação da UFMG, reunidos em assembléia geral no dia 28 de maio, no auditório da Faculdade de Medicina, deliberaram por entrar em greve por tempo indeterminado, acatando o indicativo da FASUBRA. Na mesma reunião, os presentes indicaram os nomes de cinco trabalhadores para integrar o Comando Nacional de Greve. Como parte da dinâmica da assembléia, os representantes das unidades acadêmicas e administrativas da UFMG prestaram informações sobre cada local, o que possibilitou aferir o nível de mobilização da categoria.

No dia 31 de maio, foi realizado, no auditório da Reitoria, um Seminário com o objetivo de discutir os cortes nos vencimentos de 1.400 trabalhadores de vantagens e sentenças judiciais transitadas e julgadas. Esta medida vem sendo implementada gradativamente pela UFMG, seguindo orientação do Tribunal de Contas da União (TCU). Os servidores questionam judicialmente a medida, por considerá-la ilegal. Presente ao Seminário, o Reitor da UFMG, professor Ronaldo Tadêu Pena, disse que a administração da UFMG dentro das possibilidades institucionais, respeitados os limites jurídicos, têm buscado reverter o problema. Reconheceu, entretanto, seus limites jurídicos para não efetivar a determinação do TCU e que, por isso, na medida em que os acórdãos chegam ao Departamento de Pessoal, são implementados os cortes nos salários dos trabalhadores. O assessor jurídico do SINDIFES/BH, Marcelo Aroeira, contra argumentou, dizendo que a administração da UFMG, com esta atitude, abria mão da autonomia universitária. Disse ainda que existem instrumentos jurídicos que a Universidade pode utilizar para se contrapor à determinações dessa natureza, que trazem prejuízos para os seus servidores.

A próxima assembléia geral será nesta sexta-feira, dia 1º de junho, às 9h30min, na escadaria da Reitoria da UFMG, onde será avaliados o nível de paralisação na instituição e as próximas atividades do movimento de greve”.

**APTAFURG:** “OS Técnicos Administrativos em Educação da Universidade do Rio Grande em greve desde do dia 28/05 informa a CNG que os servidores da área de saúde H.U. por terem estado recentemente em greve pela conquista das trinta horas, entendeu não ser oportuno neste momento participar do movimento grevista deflagrado por esta Federação. Entretanto estamos em estado de alerta nós resguardando para se necessário nos somarmos a este movimento”.

## INFORMES DA CUT

### Greve no setor público

#### Planejamento descarta proposta da AGU e se compromete a elaborar regulamentação de greve e de negociação coletiva junto com servidores

A CUT e seus sindicatos que representam os trabalhadores públicos federais, após muita pressão e mobilização, conseguiram que o governo federal, através da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, firmasse um compromisso de que o anteprojeto de lei sobre regulamentação

do direito de greve produzido pela Advocacia Geral da União não é a proposta do governo. Outro compromisso é de que o sistema de negociação coletiva e as várias formas de resolução de conflitos, incluindo as greves, serão elaboradas em conjunto com os servidores federais, através de um grupo de trabalho.

Esses dois pontos fazem parte de sete itens que compõem o documento oficial assinado pelo secretário Sérgio Mendonça na tarde de quinta-feira (31 de maio), após audiência de oito horas com o presidente da CUT, Artur Henrique, e lideranças das entidades representativas dos servidores. O ministro Paulo Bernardo, em viagem, autorizou Mendonça a fechar o acordo.

"A posição assumida pelo secretário, em nome do Ministério, demonstra que a combinação entre combatividade e abertura ao diálogo é eficaz. E nos dá um pouco de tranquilidade, pois demonstra que aquele entulho autoritário produzido pela AGU não desfruta de apoio no conjunto do governo, e que o respeito à capacidade de organização e elaboração dos trabalhadores está mantida", avalia Artur Henrique. Artur já havia classificado a proposta de "indecente" e "autoritária" no último dia 15, em entrevista ao Portal do Mundo do Trabalho, logo após pontos do anteprojeto terem sido veiculados pela imprensa. Traduzindo posição da CUT, na ocasião o presidente avaliou que a proposta simplesmente proibia as greves no setor público e reivindicou ao governo "jogá-la fora". "Se o patrão for inflexível, vai enfrentar greve", avisou Artur.

Outros compromissos importantes foram assinados ontem. Pelo documento, fica acertado que a Convenção 151 da OIT, bandeira histórica da CUT, será enviada até o final de julho para ratificação no Senado Federal. E que o grupo de trabalho composto por servidores que irá debater formas de resolução de conflitos também vai discutir a regulamentação da negociação coletiva. Para tanto, servirão como referência as conclusões da Câmara Setorial do Serviço Público que atuou no Fórum Nacional do Trabalho.

"Acredito que é um passo decisivo para resolver essa questão de forma madura e democrática. O desafio agora é trabalharmos para consolidar o avanço", avaliou, em entrevista ao Portal, a diretora executiva Lúcia Reis, que participou da reunião. Ela também criticou a postura de dirigentes ligados à Conlutas, que decidiram se retirar do processo.

O documento também deixou explícito que a criação do grupo de trabalho não vai interferir nas negociações setoriais já em curso ou naquelas que podem surgir antes que a elaboração da regulamentação esteja pronta. Ficou definido também que o grupo não vai discutir o PLP 01 – já que o embate deve se dar no Congresso Nacional. Por outro lado, o documento firma o compromisso de que a licença para dirigentes sindicais será objeto de discussão do grupo.

"Esta ação precisa estar combinada com a mobilização permanente, que é nosso principal instrumento de defesa da classe trabalhadora", ponderou Artur.

## CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

Data	JUNHO
<b>11 a 16</b>	5º Congresso Nacional do MST
<b>15</b>	Encontro Nacional do Leilão da Vale do Rio Doce
<b>A Definir</b>	4º Encontro dos Servidores Negros e Negras e Militantes do Movimento Anti-Racismo Técnico-Administrativos em Educação das IES
<b>22 e 23</b>	Encontro Nacional dos Trabalhadores Portadores de Necessidades Especiais
	<b>JULHO</b>
<b>08 a 13</b>	SBPC – Belém/PA
<b>09 a 14</b>	XVII Seminário Nacional de Segurança das IPES – Corumbá/MS

UnB – Pavilhão Múltiplo Uso - Bloco C - Sala C-1-07 – Campus Universitário Darcy Ribeiro Cep 70.919-970 - C. Postal 04539 – Asa Norte - Brasília - DF - Fones: (61) 3349.9151 - Fax (61) 3349.1571 - E-mail: [fasubra@fasubra.org.br](mailto:fasubra@fasubra.org.br) - Home Page: <http://www.fasubra.org.br>